UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PONTA PORÃ
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MARCELO BENITES DOMINGUES

REFLEXÕES SOBRE O NEOLIBERALISMO BRASILEIRO: DO NACIONALAO LOCAL

Ponta Porã – MS
2019

Domingues, Marcelo Benites

Reflexões sobre o Neoliberalismo brasileiro: do nacional ao local/ Marcelo Benites Domingues – Ponta Porã, MS: UEMS, 2019.

48p. ; 30cm

Monografia (Graduação) – Biblioteconomia – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2019.

Orientador: Prof. Me. João Evanio Borba Caetano

MARCELO BENITES DOMINGUES

REFLEXÕES SOBRE O NEOLIBERALISMO BRASILEIRO: DO NACIONAL AO LOCAL

Trabalho de conclusão de curso apresentado pelo acadêmico Marcelo Benites Domingues como exigência parcial do curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Orientador: Prof. Me. João Evanio Borba Caetano.

Ponta Porã – MS
2019

MARCELO BENITES DOMINGUES

REFLEXÕES SOBRE O NEOLIBERALISMO BRASILEIRO: DO NACIONAL AO LOCAL

Trabalho de conclusão de curso da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: 28 de novembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

_____
Prof. Dr. Giovane Silveira da Silveira

_____
Prof. Me. Ricardo Guimarães de Queiroz

_____
Prof. Me. João Evanio Borba Caetano – UEMS (Orientador)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Atiliano Domingues e Marcelina B. Domingues, minha esposa Keli R.V. Domingues e a toda minha família que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

Ao meu orientador Prof. Me. João Evanio B. Caetano, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

Aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

Por fim, a todos que de alguma maneira me ajudaram a chegar até aqui meu muito obrigado!!

RESUMO

Buscando apresentar uma perspectiva crítica acerca do neoliberalismo brasileiro e alguns reflexos locais, o trabalho se inicia retomando os pressupostos básicos de Liberalismo, *Walfare State* e Neoliberalismo. A intenção é costurar tais conceitos a fim de compreender o neoliberalismo no Brasil. Admite-se para tal, que a onda neoliberal no Brasil iniciou em 1990, com o governo do presidente Fernando Collor de Mello, e posteriormente teve continuidade com o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso em 1994, onde foram apontadas grandes ações neoliberais (privatizações) no país. Após um período de dormência das ações neoliberais no Brasil, atualmente discuti-se o retorno massivo dessas políticas em âmbito nacional, iniciadas com o presidente Michel Temer e sendo continuada, com o recém eleito presidente Jair Bolsonaro. Para contemplar o estudo, realizou-se pesquisa bibliográfica sobre os respectivos governos, além levantamento de dados sócio-econômicos que corroborem o *status* crítico sobre o neoliberalismo. Nesta perspectiva o que fica marcado é o caráter de subordinação ao mercado e flexibilização dos direitos sociais. Além disso, na intenção de demonstrar alguns reflexos destas políticas em âmbito local, ainda foi realizado um levantamento sobre o caso da privatização da Noroeste do Brasil na cidade de Ponta Porã, Mato Grosso do Sul.

Palavras-Chave: Neoliberalismo, Política Econômica, Brasil.

ABSTRACT

Seeking to present a critical perspective on Brazilian neoliberalism and some local reflexes, the work begins by retaking the basic assumptions of Liberalism, Walfare State and Neoliberalism. The intention is to sew such concepts in order to understand neoliberalism in Brazil. To this end, it is admitted that the neoliberal wave in Brazil began in 1990 with the government of President Fernando Collor de Mello, and later continued with the government of President Fernando Henrique Cardoso in 1994, where major neoliberal actions (privatizations) were pointed out. in the country. After a dormant period of neoliberal actions in Brazil, we are currently discussing the massive return of these policies nationwide, initiated with President Michel Temer and being continued with newly elected President Jair Bolsonaro. To contemplate the study, a bibliographic research on the respective governments was carried out, as well as a survey of socioeconomic data that corroborates the critical status of neoliberalism. In this perspective, what is marked is the character of market subordination and flexibility of social rights. In addition, in order to demonstrate some reflections of these policies at the local level, a survey was also conducted on the case of the privatization of Northwest Brazil in the city of Ponta Porã, Mato Grosso do Sul.

Keywords: Neoliberalism, Policy Economic, Brazil.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 10

1.1 OBJETIVO GERAL 11

1.1.1 Objetivos Específicos..... 11

1.1.2 Justificativa 12

1.1.3 Metodologia..... 12

2. LIBERALISMO, WELFARE STATE E NEOLIBERALISMO..... 14

2.1 O EXERCÍCIO DA LIBERDADE 14

2.2 A ILUMINAÇÃO LIBERAL..... 16

2.3 O FIM DO WELFARE STATE E SURGIMENTO DO PENSAMENTO NEOLIBERAL 20

2.3.1 Chile, o laboratório neoliberal 23

3. O NEOLIBERALISMO BRASILEIRO 27

3.1 A ERA COLLOR..... 27

3.2 FHC E A GLOBALIZAÇÃO 28

3.3 A NOVA ONDA NEOLIBERAL ENTRE TEMER E BOLSONARO 32

4. REFLEXOS NEOLIBERAIS NA FRONTEIRA: O CASO DA PRIVATIZAÇÃO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA NOB EM PONTA PORÃ, MATO GROSSO DO SUL..... 37

5. CONCLUSÃO 43

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 47

1. INTRODUÇÃO

Diante do atual cenário de instabilidade da política econômica brasileira, o estudo se propõe a apresentar sob uma perspectiva crítica a aplicação das políticas neoliberais no Brasil, desde sua gênese, início da década de 1990até o atual momento, tendo em vista o novo alinhamento do governo brasileiro com estas políticas.

Para tal, inicialmente, realizou-se um levantamento bibliográfico acerca do tema de modo geral, naintenção decompreender as bases históricas e teóricas do Neoliberalismo no mundo, esclarecendo entre outras questões: a) o que é o Neoliberalismo? b) como se deu seu surgimento no mundo? c) quais são suas premissas ideológicas, políticas e econômicas? d) a quem interessa as políticas neoliberais?

Elucidados aspectos mais gerais acerca do tema, o estudo enfoca especificamente no caso brasileiro e regional de Ponta Porã com efeitos do neoliberalismo. Para isto, admite-se três fases centrais (ondas) do neoliberalismo no Brasil, sobretudo como forma de organizar o trabalho em eixos histórico-estruturais, que visam compreender os cenários e as ações destas políticas.

A primeira fase, refere-se à implementação das primeiras políticas neoliberais no Brasil, que ocorreu no inicio da década 1990, com a eleição do presidente Fernando Collor de Mello. Já a segunda fase, está relacionada às ações e medidas do governo Fernando Henrique Cardoso (1995/2003), que intensificou os processos de privatizações de empresas públicas, bem como subordinação incondicional ao mercado. Por sua vez, a terceira fase, passa dos anos de governo Lula e Dilma e se contempla o período mais atual, a fase mais recente do neoliberalismo brasileiro, reiniciado com o governo transitório de Michel Temer (2016/2018), e sendo continuado, até o presente momento, pelo seu sucessor Jair Bolsonaro.

Vale ressaltar, que em paralelo as apresentações destas fases, buscou-se também apresentar alguns reflexos destas políticas em nível local e

regional, como forma de reforçar a visão crítica que o estudo busca destacar. Para contemplar os aspectos teóricos tanto no que concerne a organização das fases neoliberais brasileiras, bem como nos reflexos destas em nível local e regional, além de intenso levantamento bibliográfico, também foram realizados levantamento de dados que fundamentam a “face selvagem” do neoliberalismo no Brasil, demonstrando a ampliação da dependência econômica brasileira em relação aos países centrais, bem como a redução nos níveis de bem-estar social.

Por fim, tendo em vista o atual realinhamento brasileiro com as políticas neoliberais, iniciadas com o governo transitório de Michel Temer, e tendo continuidade através das ideias do atual Ministro da Economia, Paulo Guedes, as discussões acerca destas políticas estão mais atuais que nunca, e em “tempos líquidos” de informações sendo acessadas a todo instante através das mídias e redes sociais em geral, compreender de fato a teoria neoliberal, bem como os reflexos de experiências já presenciadas, se torna como uma boa justificativa para apresentação deste estudo.

1.1OBJETIVO GERAL

Apresentar sob uma perspectiva crítica, a implementação das políticas neoliberais no Brasil, desde a década de 1990 até a atualidade, destacando alguns impactos locais/regionais.

1.1.1 Objetivos Específicos

- **i.** Apresentar em que contexto histórico e econômico surgiu do neoliberalismo.
- **ii.** Discutir as bases teóricas do neoliberalismo.
- **iii.** Desmistificar o discurso apresentado pelos países centrais, na indicação destas políticas para os países em desenvolvimento.
- **iv.** Demonstrar através das experiências brasileiras como as ações neoliberais, o aumento da dependência econômica frente aos países centrais.
- **v.** Apresentar alguns reflexos destas políticas, em níveis local e regional.

1.1.2 Justificativa

Tendo em vista, o atual realinhamento da política econômica brasileira, orientada pelo atual Ministro da Economia, Paulo Guedes, sob fortes bases neoliberais, a discussão sobre os aspectos negativos destas ações estão no*mainstream* do debate econômico brasileiro. Nesta perspectiva, compreender a fundo o neoliberalismo, sua origem, sua base teórica, seus objetivos e suas experiências já presenciadas se tornam forte justificativa para a elaboração deste estudo, sobretudo em razão da intensa quantidade de informações recebidas há todo momento, através da mídia e suas diferentes vertentes.

1.1.3 Metodologia

O estudo utilizou uma abordagem crítica, e mesclou a utilização de levantamentos bibliográficos e análise de dados. Na primeira seção do estudo foi realizado um levantamento bibliográfico no intuito de apresentar o surgimento do Neoliberalismo, enquanto alternativa para o fortalecimento do capitalismo global, analisando tanto o contexto histórico de seu surgimento, como também as premissas teóricas que fundamentaram e justificaram sua implementação ao redor do mundo, a partir da década 1970.

Posteriormente, esta análise direciona-se para o caso brasileiro. Cabe ressaltar, que para isto, este foi dividido em três etapas históricas, ou seja, em três períodos distintos, ou em outras palavras, nas três fases onde o Neoliberalismo esteve mais presente na economia nacional.

Na primeira etapa foi abordado como se deu a introdução do Neoliberalismo no Brasil, sob quais aspectos políticos, econômicos, sociais e históricos, ocorreu esta transformação? Na segunda, como o Neoliberalismo latinoamericano se solidificou e quais foram suas principais medidas econômicas neoliberais no governo de FHC (1998/2003). Já na terceira etapa a analise volta-se para a atualidade, contemplando as atuais medidas

econômicas do governo provisório de Michel Temer e do recente governo de Jair Bolsonaro.

Além disso, como forma de trazer a discussão para um campo mais regional e/ou local, também foram apresentados alguns reflexos negativos dessas políticas neoliberais dentro do estado do Mato Grosso do Sul, bem como na cidade de Ponta Porã.

2.LIBERALISMO, WELFARE STATE E NEOLIBERALISMO

Para análise de como o processo imposto pelas políticas liberais e neoliberais atingiram os direitos civis, e quais políticas, como o Welfare State (Estado de Bem-Estar Social) foram utilizadas, em qual contexto eles surgiram, quais foram suas bases, discutir suas teorias e apresentá-las em aspecto regional,necessário inicialmente criar um calhamaço bibliográfico para o feito.

Sendo assim, buscou-se passar pelos princípios históricos que fizeram o liberalismo e sua vertente atual o principal elemento do capitalismo, de onde inspirou-se suas revoltas que advém desde a geração da liberdade dos servos que se tornaram assalariados, passando pelo problema surgido após a segunda guerra mundial e seu processo de industrialização que gerou conflitos sociais que necessitaram do estado para diminuir o déficit social evidente até o neoliberalismo que busca uma menor intervenção estatal sobre a economia e uma nova comunidade de servos, dessa vez servos do capital.

2.1 O EXERCÍCIO DA LIBERDADE

A liberdade é exercida de várias formas no mundo: liberdade de autonomia, de fazer, de querer, de estar ativo politicamente e de direito. Também é, a mesma liberdade, empregada de vários modos: como palavra ou conceito, de forma a ser uma arma política ou elemento de doutrina, como ideia de regulação ou apelo à experiência. Conciliar liberdade do homem com suas determinações é ainda um grande problema, pois a contradição entre a vivência da liberdade e a experiência das nossas condutas é um grande desafio a ser enfrentado (NOVAES, 2002).

No título II (dos direitos e Garantias fundamentais) da Constituição Federal de 1988, no seu capítulo I (Dos direitos e Deveres individuais e Coletivos) artigo quinto a seguinte redação é traçada: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos

estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (BRASIL,2019).A liberdade é neste sentido um direto garantido constitucionalmente. Porém, quais os limites desse exercício, onde podemos aplicar nossa liberdade e até que ponto, e, para atermos no presente objetivo do presente trabalho: a liberdade econômica se aplicada no global de forma à sempre quem possuir mais vencer não pode causar dependência dos países periféricos às grandes potências, destruindo assim qualquer possibilidade de liberdade?

Exercer sua liberdade impõe condições sem as quais ela se realizaria de um nível precário,perdendo sua efetividade humanizadora. O filósofo Kant (1724-1804), acreditava que, livre, é o homem que realiza sua autonomia, correndo atrás dos ditames de sua razão esclarecida. Um homem, que segue seus procedimentos racionais, define suas normas morais universais, sendo obediente apenas a si mesmo. Já o Estado com o papel de reprimir quaisquer que , de modo diferente ao proposto, acabar por destruir o exercício de liberdade, cabendo a cada ser humano exercer , do seu entendimento, a coragem de sair da tutela do estado, pois quem não pensa por conta própria é tutelado pelos “ guardiões do rebanho” (KANT,1974).

Logo após, Hegel (1770-1831) incorporou e fez o desdobramento de análises acerca do exercer da liberdade, buscando sua efetivação objetiva, com a mediação do Estado, compreendendo, em sua perspectiva, que a liberdade passa por um processo histórico, em constante conflito de interesses, não havendo então, uma razão para seu esclarecimento independente do conjunto das mediações objetivas e subjetivas que ocorram no curso da história, sendo, neste ditame, a liberdade real garantida apenas se houverem condições de sua possibilidade (HEGEL, 1974).

Thomas Hobbes definiu o homem como egoísta por natureza, onde os súditos do Estado, que são individualistas se reúnem em comunidade, apenas porque é o melhor meio de sobreviver, onde o “natural” é um estado de todos contra todos, definindo a célebre frase: “O homem é o lobo do próprio homem” (STRAUSS, 2015).

O Estado de Bem-Estar Social, termo aderido pela conjunção de políticas keynesianas, possuía como premissas a garantia de elevadas taxas de crescimento econômico, prioritariamente em países com um capitalismo já bem enraizado. Tal política tinha como norte a sustentação de superar impactos da conhecida crise de 1929, a grande depressão, consequência da grande expansão de crédito por meio de oferta monetária (emissão de dinheiro e títulos).

Porém é necessário ressaltar, que conforme Harvey (2008), políticas econômicas que se utilizaram deste modelo, não obtiveram um substancial êxito e não puderam propagar a ideia em grande escala, não sendo capaz de conter o desigual desenvolvimento geográfico e as crises que viriam após.

2.2 A ILUMINAÇÃO LIBERAL

O Liberalismo surge como uma forma de se opor às monarquias absolutistas e seu correspondente regime de economia, denominado mercantilismo. Tal Regime pressupõe a existência de um Estado, que pode ser de representação monárquica ou por uma república, que possua poderes na intervenção econômica com o fulcro de fazer a promoção do desenvolvimento e redistribuição de renda, neste objetivo, favores e privilégio eram concedidos às ditas elites da época e aos grupos de pressão presumindo que assim estaria protegendo o cidadão de algo desagradável.

Ao longo da história, os Estados Liberais foram surgindo como uma consequência do desgaste progressivo do poder absoluto do rei, enquanto o absolutismo decai, surgiram correntes liberais, que acabam se juntando para instituir o Estado Liberal. O liberalismo é a doutrina do Estado limitado em seus poderes e funções. Os poderes do Estado são regulados através de normas gerais, submissão a leis e respeito aos direitos fundamentais e invioláveis do homem, geralmente reconhecidos através de algum documento oficial, como a Constituição do país. O princípio do liberalismo é o conhecimento da razão humana e o direito irrevogável à ação e realização própria, livre e sem limites.

Conforme explica Stewart (1995) no campo político, o liberalismo surgiu a partir da Revolução Francesa e Americana. Seu primeiro ato de fé política foram os direitos humanos. Era a ideologia política da burguesia liberal que, no século XIX, conseguiu conquistar sua posição e a partir da I Guerra Mundial tornou-se a força política dominante em praticamente todo o ocidente.

O mercantilismo, por sua vez, é baseado no conceito de quem, se há um vencedor outro deve perder. Estando implícito na noção a ideia da riqueza como uma grandeza definida, sendo a maior riqueza de uma determinada nação existente apenas como fruto da pobreza de uma outra nação, fazendo a economia um jogo de soma zero, que apenas após a evolução do saber econômico viria a demonstrar que a economia de mercado é uma forma de jogo com soma positiva.

A ideia liberal, que surgiu primeiramente no campo essencialmente político, contra a força absolutista dos monarcas, não tinha em seu campo teórico ainda uma explicação, devido a falta de existência da ciência econômica, sendo que, mesmo Adam Smith, não foi a pessoa que explicou o funcionamento de mercado e sim, o relator com bastante percepção, por sinal, do que existia acerca de como as coisas se passavam na época, nos meados dos anos 1700 (BASTIAT, 1987).

No seu conceitual, o liberalismo é embasado nos ideais de liberdade individual e mercantil, onde toda população deverá ter direitos humanos iguais para garantir a livre concorrência do mercado, neste cenário, governos adeptos ao liberalismo econômico e político necessitam fomentar a liberdade singular evitando imposições do estado, no desenvolver de uma sociedade justa e igual para todos, incluindo-se aí na distribuição de serviços e recursos públicos, com base em seu individualismo, prioritário em contraste ao coletivo, sendo o ser livre e igual perante o Estado, vivendo em função de suas necessidades, para tanto a liberdade deve existir sob a lei, que faria a proteção e garantiria os direitos individuais (MERQUIOR, 2018).

Colocando o parágrafo acima em uma análise voltada para o que ocorre no país, pode-se perceber que o liberalismo ou neoliberalismo pretendido foge do conceito primordial e aplica-se apenas no aspecto econômico de evitar o Estado para instituir outro poder vigente, indo de encontro à desconfiança que os verdadeiros liberais veem no Estado. Para Godoy (2019) num Estado liberal, o governo não pode fazer o que deseja, estando sujeito a uma série de regras, coisa esta que se distancia bastante dos “ideais liberais” dos novos poderes constituintes no Brasil.

Na teoria exposta em 1817 por David Ricardo (2019) há a defesa da vantagem comparativa na qual ele defende a divisão do comércio internacional de acordo com a possibilidade de cada nação, sendo de uma maneira onde as transações seriam justas e sem necessidades de barreiras alfandegárias, afirmando também que as empresas encontrariam benefícios na competição no momento de diferenciar produtos e serviços, onde seriam proprietárias do monopólio do mercado e encontrariam políticas favoráveis aos negócios.

O trabalho como instrumento de liberdade também deve ser observado e considerado de acordo com suas condições. Na visão de Adam Smith, o qual escrevey em 1776, algumas considerações precisam ser feitas quanto ao trabalho:

> Todo homem é rico ou pobre, de acordo com o grau em que consegue desfrutar das coisas necessárias, das coisas convenientes e dos prazeres da vida. Todavia, uma vez implantada plenamente a divisão do trabalho, são muito poucas as necessidades que o homem consegue atender com o produto de seu próprio trabalho. A maior parte delas deverá ser atendida com o produto do trabalho de outros, e o homem será então rico ou pobre, conforme a quantidade de serviço alheio que está em condições de encomendar ou comprar. Portanto, o valor de qualquer mercadoria, para a pessoa que a possui, mas não tenciona usá-la ou consumi-la ela própria, senão trocá-la por outros bens, é igual à quantidade de trabalho que essa mercadoria lhe dá condições de comprar ou comandar. Consequentemente, o trabalho é a medida real do valor de troca de todas as mercadorias (SMITH, p.33, 1988).

Após a segunda guerra e com a posterior industrialização e corrida econômica denominada como guerra fria entre os Estados Unidos e União Soviética, as grandes potências vencedoras da guerra e a decadência do assistencialismo cristão, foi necessário a busca da intervenção do estado, através de um estado-providência, gerador de um “bem-estar social” (WelfareState) como tentativa de reverter esse processo imposto por tais forças imperialistas, respondendo e tentando compensar os efeitos da política econômica liberal, que provocou um déficit de legitimidade social (ROSANVALLON, 1997).

Neste sentido Novelo (1995) aponta que estes mecanismos de proteção social possuíam a premissa de garantir a cidadania das pessoas, restringindo excessos das empresas, com a busca da substituição das regras definidas pelo mercado, fazendo o fortalecimento dos movimentos advindos genuinamente dos trabalhadores, com a extensão de seus benefícios sociais para as áreas de distribuição essencial para a maioria.

O liberalismo, colocado em xeque após os acontecimentos de 1929, apontado como instrumento para alcance do equilíbrio social e econômico sem intervenção do estado, enfrentava uma crise que obteve uma resposta dos Estados Unidos e de outros países capitalistas do ocidente com um planejamento da economia baseado em ampliação da intervenção do Estado, conhecido no Estados Unidos como *New Deal*[1], com forte influência da teoria de John Maynard Keynes, economista que apontava como necessária a mediação do Estado na economia para a garantia do bem estar das pessoas criando condições para o emprego, com articulações estatais e privadas, as medidas foram: desvalorizar o dólar aumentando a competição nas exportações, empréstimos dados aos bancos para evitar falências do sistema financeiro, criação do sistema de segurança social, com seguro desemprego, o

[1]O 'New Deal' (em português, novo acordo ou novo trato) foi o nome dado à série de programas implementados nos Estados Unidos entre 1933 e 1937, sob o governo do presidente Franklin Delano Roosevelt, com o objetivo de recuperar e reformar a economia norte-americana, e assistir os prejudicados pela Grande Depressão.

direito de criação e organização de sindicatos, estímulo de produção agrícola, construção de grandes obras públicas, com destaque às hidrelétricas e rodovias, estimulo à mais contratações, buscando o pleno emprego.

2.3 O FIM DO WELFARE STATE E SURGIMENTO DO PENSAMENTONEOLIBERAL

Conforme Matos (2018) o neoliberalismo é uma Ideologia surgida após a segunda guerra mundial em locais da Europa Ocidental e América do Norte, esta mesma sendo desenvolvida desde o fim do século XIX e primórdios do século XX com a Escola Austríaca de Carl Menger que teve sua continuação dada por Ludwig Von Mises, formulando postulados que caracterizaram e ainda são influentes no pensamento liberal de hoje.

Buscando revalorizar o sentido de liberalismo econômico dos séculos anteriores ao XX, marcando como sua premissa a descaracterização do termo liberal em contrapartida ao liberalismo clássico. Tal processo progressivo de afastamento como sintoma dessa descaracterização seria esse distanciamento das sociedades ditas ocidentais de princípios que na teoria levaram estas para um período de melhora como nunca a população havia visto no que tange ao seu padrão de vida, que segundo Mises está entre as guerras napoleônicas e a primeira guerra mundial, onde teria ocorrido um tempo de pacificidade de nações livres denominado como " democracia de mercado" (MATOS,2008).

Sobre isto Boito Jr. (1999) é categórico a afirmar que uma das principais bases teóricas do Neoliberalismo advém do livro de Friedrich Hayek, publicado em 1944 de nome "A caminho da servidão", onde há o destaque de sua teoria do conhecimento, com um ataque à racionalidade econômica, em que se preza pela individualidade das pessoas ou das empresas.

Em suma ele afirma que, pela própria natureza do conhecimento econômico, inexiste um cérebro único ou coletivo com capacidade de conhecer todos fatores de importância para as decisões econômicas que poderão tomar, neste mesmo âmbito, uma única autoridade não poder fazer uma centralização com eficácia do conhecimento dos indivíduos. Para Hayek, o elemento de

maior relevância no conhecimento econômico é o conhecimento do tempo e da circunstância, sendo que, o que se está subentendido, na maioria das vezes é passível de erro.

Friedrich Von Hayek, considerado um dos primeiros conceituadores do neoliberalismo, considerava que poderia existir uma escalada autoritária para pôr em prática o fim dos excessos de regulação econômica, disse a uma revista chilena, onde Pinochet utilizou-se da combinação de neoliberalismo e autoritarismo da história, o seguinte: “Minha preferência pessoal vai na direção de uma ditadura liberal em vez de um governo democrático sem liberalismo” (FOLHA DE SÃO PAULO,2017).

Moraes (2018) acrescenta que, Hayek, resgatando o espírito utilitarista liberal de John Stuart Mill faz a defesa do que ele chama de “Regime de lei” para interposição de um limite intervencionista do governo em uma sociedade, neste regime o governo se limitaria a fixação de regras determinando condições em que os recursos disponíveis podem ser usados, sustentando-se em uma estrutura permanente de leis, nas quais o governo faz a vinculação de suas ações por intermédio de normas anunciadas de forma antecipada e permissiva aos indivíduos fazerem a previsão com um bom nível de acerto para adequar a forma como as autoridades se comportarão em cada circunstância.

Conforme Harvey (2008) o ano que marca a propagação do pensamento neoliberal é o de 1973, data da recessão dos países imperialistas após três décadas de crescimento na economia, ocorreu para os neoliberais, uma crise no sistema, pois havia muito poder nos sindicatos e movimentos dos trabalhadores, que estavam garantido a expansão dos direitos sociais e desgastando a parte lucrativa das empresas, sendo assim, o Estado neoliberal, encarregado de retirar o poder dos sindicatos, diminuindo a intervenção na economia e os gastos com as questões sociais dos trabalhadores.

Nos escritos de Friedman, anteriores ao marco neoliberal, mas com todas suas especificidades, ele fez a descrição das desvantagens dos papeis alocados ou distribuídos do governo na economia. Friedman, definiu a

discussão da política econômica de acordo com o estabelecimento em conjunto com a escola de Chicago que a eficiência do mercado livre para organização de recursos e estabelece modelos econométricos onde a política monetária é o instrumento essencial da política econômica e a estabilidade monetária é a grande missão da política.

O mercado de trabalho teve um reordenamento através de três novos movimentos: globalização com deslocamento espacial do emprego, financeirização onde diminuiu a quantidade de emprego pelo encolhimento de base produtiva e o acarretamento de um novo mercado segmentado e precário de trabalho de reestruturação produtiva, com novo mercado surgindo através do resultado chamado de acumulação flexível (HARVEY,1992).

Nesta direção,Castel (2010) o trabalho informal, expandido nos 1990 na américa latina, advindo de transformações capitalistas, com suas situações regionais adequadas as novas situações, a informalidade associada sempre a trabalhadores com baixa qualificação e renda e produtividade passou a atrair também jovens economicamente ativos e ex-assalariados.

O neoliberalismo em aplicabilidade teve como seus principais nomes as pessoas de Margareth Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos Estados Unidos, liderando essa tendência nos anos 80, colaborando para montar o ideal de sociedade como mercado universal e seres humanos como calculadoras de lucros e prejuízos, que segundo Metcalf (2017) com objetivo de enfraquecer o Estado de bem estar social e o comprometimento de pleno emprego, para desregulamentar e cortar impostos, aplicando além dessa lista de desejos de “direita” , também uma forma de reorganização da realidade social e status das pessoas.

De acordo com Almeida (2019) apesar do propagado, no Reino Unido a era neoliberal de Margaret Thatcher não obteve êxito na recuperação econômica real. Na média, seu crescimento foi de 2,4% ao ano, igual aos anos 70 e inferior aos anos 60.Os mais pobres tiveram a estagnação de sua renda e os 20% ricos aumentaram sua renda com seu índice Gini de concentração

passando de 25 para 34, em 1990, no fim do período da dama de ferro.O que de melhor as elites encontraram em Thatcher foi a redução que ela fez no movimento sindical, reduzindo de 65% para 53% a participação dos trabalhadores na renda nacional e as privatizações.

Nota-se, ao analisar o parágrafo acima e comparar com os dados e o discurso, praticamente idêntico do ministro atual do Brasil, Paulo Guedes, que, empiricamente, há muitas falhas no mesmo e trata-se de algo muito pouco inovador, e também com o discurso de Maurício Macri, que não obteve sucesso na Argentina.

Na visão de Mesquita (2002) o neoliberalismo traz as seguintes consequências: individualidade dos indivíduos, administração voltada apenas para o gerenciamento, atrelamento do governo ao mercado, governo a distância do conhecimento, democracia mercantilizada vendo candidatos como produtos, socialização das perdas, privatização e mercantilização da educação, saúde e segurança, falta de consciência ecológica, falta de controle nacional sobre o capital, que ficaria por responsabilidade de agências como o FMI.

O discurso neoliberalista procura mostrar a superioridade do mercado frente à ação do estado, dentre elas, os ideólogos neoliberais propagam algumas superioridades como a econômica, política e moral, A terceira é propriamente uma constatação ecrítica quanto à ação econômica do Estado: ao contrário do mercado, a ação do estado, sejaproduzindo bens e serviços, seja comoregulador das relações entre os agentes econômicos, seria prejudicial e no último a crítica sobre a ação do Estado gerando privilégios para uns em detrimento de outros, o que o liberalismo , na teoria, não faria (BOITO JR, 1999).

2.3.1 Chile, o laboratório neoliberal

De acordo com Martins (2016) o Chile é um país com um território incomum, estreito, ele possui um raio de comprimento muito grande, aproximadamente 4.300 km, onde existem variados climas que sua população enfrenta, de neve a uma temperatura de mediterrâneo. Basicamente todo país

é banhado pelo Oceano Pacífico, localização estratégica para os fins comerciais, sendo ele o principal porto para exportações e importações para a Ásia.

Em 11 de setembro de 1973 teve início a ditadura militar chilena, um regime liderado por Augusto Pinochet, que depôs o então presidente Salvador Allende, líder que se proclamava socialista, eleito democraticamente, e morto no palácio presidencial, possivelmente por suicídio, enquanto os militares tomavam o palácio. A ditadura chilena teve como sua característica inesquecível uma intensa repressão e censura que causou a morte de mais de três mil pessoas, tortura de aproximadamente 40 mil e milhares de chilenos exilados.

De acordo com Ilhéu (2017) este golpe foi chancelado pelos Estados Unidos, que temiam o avanço da revolução cubana que desde 1959 vinha ganhando terreno na América Latina, tendo nos tempos de Allende ocorrido diversos embargos comerciais e financiamentos à imprensa com intenção de promover a opinião pública em desfavor do presidente do Chile.

A união de Chile e Estados Unidos não parou na instalação da ditadura. Pinochet foi se aproximando aos Estados Unidos cada vez mais, e no campo econômico de forma profunda, trazendo os “Chicago boys”, apelido dado aos economistas que se inspiraram em Milton Friedman, para implementar uma política econômica no Chile com nome de “O Ladrilho”, com intensas medidas de característica neoliberal, com privatizações de muitas estatais, medidas contraditórias que geraram uma crise em 1982, com um crescimento de PIB de 1,6% ao ano em média, crescimento este que foi a 4,35% após a redemocratização(MARTINS,2016).

Conforme Inzunza (2013) instalou-se um governo autoritário, de característica excludente, com uma repressão tão violenta que de início houve muita dificuldade de aplicar a política de atração de capital estrangeiro, com medidas como controle ideológico de escolas impondo diretores, queima de livros considerados marxistas, fechamento de sindicatos, fechamento de cursos

considerados marxistas (teatro, sociologia,etc.) com o setor educacional sendo no período inicial controlado pela Marinha chilena.

Conforme explicita Anderson (1996) a crise chilena de 1982 apresentou também uma taxa de desemprego de 30,4%, o salário real em queda de 10% e o mínimo com redução indo a 25%, inflação dobrada e falências e fechamento de empresas foram os resultados encontrados no início dos anos 80, o Chile só voltou a se recuperar após a queda do regime de Pinochet, e até os dias atuais, como se observa em recentes protestos no país, o Chile ainda tem questões pendentes com o neoliberalismo ditatorial, principalmente no que tange à segurança social, transporte, saúde e até mesmo disponibilidade da água.

Desta forma, o Chile pode ser considerado como o fundador da aplicabilidade do neoliberalismo no mundo. O que ajudou sua implantação foi o colapso da democracia, a eliminação dos partidos políticos, fechamento dos sindicatos, diferentemente da implantação do neoliberalismo nos Estados Unidos e em outros países que o fizeram com governos democráticos.

Nesta direção Martins (2016) registra a diferença do neoliberalismo brasileiro com o chileno. No Brasil a passagem para a Democracia veio antes. As políticas neoliberais implantadas no Chile foram de forma gradativa, nos primeiros anos com medidas de choque, privatizações em massa, desregulação financeira, redução de tarifas comerciais, devolução de terras e empresas expropriadas aos antigos proprietários, redução da taxa de importação, estatização da dívida externa, eliminação do controle dos preços e câmbio fixo, além dessas mudanças econômicas, ocorreram mudanças nos campos da saúde, educação, segurança social, trabalho.

Diante disso Bandeira (2002) aponta que os resultados do Chile não foram satisfatórios. Ao contrário de como apontam hoje em dia pessoas como o ministro da Economia do Brasil Paulo Guedes, sendo a população chilena de 15 milhões de pessoas e com PIB de US$153,1 bilhões (estimativa de 2000 em relação de paridade do poder de compra) ou US$ 77,0 bilhões (com o método

da associação Latino Americana de integração em 1999) e com sua dívida externa duplicada nos anos 90, de US$ 18,5 bilhões em 1990, no fim do período do regime ditatorial, para US$ 39 bilhões em 2000, com quase um milhão de pessoas abaixo do nível de pobreza e 700 mil famílias endividadas (toda a classe média).

Diante do exposto verifica-se que mesmo a geração das políticas neoliberais terem chegado antes no Chile em uma época propícia (não havia oposição por ser uma ditadura) os resultados foram idênticos ao resto da América Latina, ou seja, o aprofundamento da crise com um forte impacto sobre o emprego e a renda dos cidadãos.

3. O NEOLIBERALISMO BRASILEIRO

Para entender o Neoliberalismo no Brasil e a aplicação destas políticas econômicas no país, convencionou-se em realizar a segmentação destas fases em três etapas. A primeira, refere-se à implementação das primeiras políticas neoliberais no Brasil, que ocorreu no início da década 1990, com a eleição do presidente Fernando Collor de Mello. Já segunda, está relacionada as ações e medidas do governo FHC (1995/2003), que intensificou os processos de privatizações de empresas públicas, bem como subordinação incondicional ao mercado. Por sua vez, a terceira fase, contempla o período mais atual, a fase mais recente do neoliberalismo brasileiro, reiniciado com o governo transitório de Michel Temer (2016/2018), e sendo continuado, até o presente momento, pelo seu sucessor Jair Bolsonaro.

3.1 A ERA COLLOR

Conforme Negrão (1996) como uma alternativa política à uma crise enorme que o país viveu nos anos 80, o neoliberalismo foi ganhando espaço no Brasil, e ficou com seu rosto estampado em Collor, que iniciou o processo de privatização em estatais, abrindo a economia pró-capital estrangeiro e dando ao mercado a oportunidade de ser o agente organizador da nação, enquanto bombardeavam a classe dos trabalhadores.

Collor se posicionou no âmbito de democracia brasileira de acordo com à sua forma estratégica políticoeconômica que foi previamente definida em documento de campanha de nomenclatura Diretrizes da Ação, onde avaliava ser de vital importância o estabelecimento da relação entre o Estado e a iniciativa privada visando o processo da modernização estatal (PORTO,2009).

Uma das frases célebres do ex-presidente do país que reforçam sua marca neoliberal e qual era o seu interesse no desmonte da indústria nacional é a:“o automóvel brasileiro é uma carroça” negando o desenvolvimento industrial brasileiro(PRIVATIZAÇÕES: A DISTOPIA DO CAPITAL, 2014,Documentário).

O período que abrange da posse de Fernando Collor, em março de 1990 ao seuafastamento da presidência da República, em setembro de 1992, caracterizou-se peloacirramento progressivo da crise de hegemonia burguesa iniciada em 1987 com o colapsodo Plano Cruzado e o início do processo constituinte. Suas origens remontam à criseconjuntural que envolveu os dois últimos governos da Ditadura Militar e se prorrogoupara os dois primeiros anos do governo da Nova República, evoluindo para uma crise.

Em suma, trata-se de um padrão de acumulo de capital centralizado no Estado desenvolvimentista e com o eixo de sustentação fixado em uma aliança político-social em frações estatais, estrangeiras monopolizadoras e privada nacional, a crise nesse estado desenvolvimentista, como especificado por Maciel (2004) ficaram evidentes os empecilhos para transição de um padrão de acumulação amplificado da crise política da Ditadura Militar, o que provocou acirramento de luta de classes buscando políticas sociais e luta pela democratização.

A democratização e eleição de Collor não mudaram esse panorama, e mais, o agravaram, como especifica Porto (2009, p.6):

> No que diz respeito às relações do governo Collor com as políticas sociais, essa administração deu continuidade, de maneira progressiva, ao desmonte dessa área, então iniciado no final do governo Sarney, em absoluta coerência com o ideário neoliberal ativamente em vigor.

Nessa perspectiva, ocorreu o completo descumprimento das deliberações sociais consagradas na Constituição federal de 1988, sendo contraditoriamente proposta uma Reforma Constitucional com indicações clarividentes de uma postura neoliberal que se caracterizava por proporcionar a anulação das garantias sociais contempladas.

3.2 FHC E A GLOBALIZAÇÃO

Após o impeachment de Collor, Itamar Franco assumiu e abriu caminho para o Plano Real, que conseguiu baixar e manter a inflação em níveis aceitáveis, estabilizar a economia e eleger Fernando Henrique Cardoso que

pode melhorar a renda da população mais pobre, com o fim do imposto inflacionário.

Apesar disso, segundo Silveira (2009) o desemprego não foi resolvido de modo a dar abertura para a implementação de várias propostas neoliberais no país, tais como: permitiu a precarização legal dos trabalhadores, propôs reformas para abertura de mercado e diminuição do estado, estabeleceu diversas medidas provisórias, manteve a taxa de juros alta, abrindo para o capital financeiro internacional e especulativo, não protegeu o mercado nacional. Para exemplificar esta situação, a tabela abaixo, demonstra a participação maciça dos investimentos estrangeiros, na compra das estatais.

Tabela 1.1: Resultado de Venda por Investidor

	US$ milhões	
Tipo de investidor	**Receita de Venda**	**%**
Investidor Estrangeiro	41.737	53%
Empresas Nacionais	20.777	26%
Setor Financeiro Nacional	5.158	7%
Pessoas Físicas 6.316 8%	6.316	8%
Entidades de Previdência Privada	4.626	6%
Total	**78.614**	**100%**

Fonte:BNDES

Em suma, a tabela acima, apresenta a origem dos investimentos que compraram as empresas estatais. O que se percebe claramente, é o interesse estrangeiro na aquisição destas empresas públicas, de modo que mais de 50% dos investidores são de origem estrangeira. Esta dinâmica é fruto das políticas neoliberais, sobretudo na América Latina, que são indicadas pelos mesmos países que posteriormente passam adquirir o patrimônio nacional.

Em uma era de acumulo flexível da reestruturação produtiva o neoliberalismo, com uma caracterização destrutiva, ocasionou, aspectos de muito impacto negativo com um índice de desemprego alto e uma precarização nas formas de trabalho, sendo que, em uma lógica de sistema produtor de mercadorias passa se a ser concorrência e busca de produtividade em um

destruidor processo e gerador de uma grande massa de excluídos (Antunes e Alves, 2004).

Boito Jr. (2003) atenta para o fato de mesmo grande parte da tal massa de excluídos via nos anos 1990, como vê nos dias atuais as políticas neoliberais como algo positivo:

> Mas, é preciso entender que além de conquistar a fração superior da classe média,o neoliberalismo obteve um ”impacto popular”no Brasil. Há setores das classes populares,incluindo setores operários, que estão neutralizados ou atraídos pelo discurso neoliberal.Isso se dá através de mecanismos bastante complexos e sem que esses setores popularestenham - diferentemente do que ocorre com a alta classe média - os seus interesses atendidos pela política neoliberal (BOITO JR.,2003, p.4).

Com uma moeda estável, o Real, Fernando Henrique tratou de buscar a sonhada globalização se atrelando economicamente a inúmeras privatizações, destituindo partes fundamentais do setor produtivo estatal, como a Vale do Rio Doce vendida a um preço muito abaixo do valor estimado de mercado em 1997,promovendo as privatizações de estatais de telefonia e energia, assistindo o avanço da terceirização, a liberalização comercial, fazendo o plano de reforma trabalhista e financeira, entre outros. Na tabela 1.2, apresenta-se a arrecadação do Estado Nacional com a venda das empresas públicas, entre 1991 a 2001, em milhões de dólares.

Tabela 1.2: Arrecadação Total com as Privatizações

US$ milhões

Programa	Receita de venda	Dívidas transferidas	Resultado Total
Privatizações federais	57.296	11.326	68.623
Telecomunicações	28.793	2.125	30.918
Outros	28.503	9.201	37.705
Privatizações estaduais	27.949	6.750	34.699
Total	**85.245**	**18.076**	**103.322**

Fonte: BNDES (atualizado em 4/12/2001)

Apesar, dos números parecerem significativos, a realidade se analisada por outras perspectivas não seria tão positiva. Cabe ressaltar, que empresas

como a “Vale do Rio Doce” foram vendidas sem levar em consideração as reservas minerais que ainda podiam ser exploradas, estimasse que com isso seu valor de venda poderia ser significativamente maior.

Também neste sentido, conforme abordado no documentário de Silvio Tendler (2014), “Privatizações: A distopia do Capital”, a estabilidade monetária alcançada pelo Plano Real (1994) e, mantida a trajetória econômica distante da recessão, o Estado sofreu alterações substanciais. Ademais das privatizações, com a destituição de parte fundamental do setor produtivo estatal, assistiu-se ao avanço da terceirização no interior do governo, a liberalização comercial e financeira, bem com as reformas trabalhista, previdenciária e outras.

De acordo com Netto (1999) mesmo com a perspectiva de Fernando Henrique fazer um governo que fosse de acordo com suas anteriores convicções de um sociólogo exilado e estudioso de teorias marxistas e com uma campanha pautada em um ideal de democracia, o que se viu foi um governo direcionado em desfavor dos trabalhadores e muito adepto ao Fundo Monetário Internacional com contenções de déficit público através de redução de financiamentos de serviços sociais aos mais pobres.

Conforme Boito Jr. (2003) Fernando Henrique Cardoso sempre buscou a globalização em âmbitos de instalação de empresas multinacionais em detrimento das nacionais e nunca em termos de compartilhar culturalmente com outros povos, quando ele dizia buscar um mundo mais rico e mais livre concomitante fazia o país ser mais pobre e dependente das potências imperialistas e do mercado financeiro.

O cenário nacional, por sua vez, não mudou ostensivamente após Luiz Inácio Lula da Silva assumir a presidência em 2003, continuando o Brasil a ter várias práticas neoliberais nos anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT), que tem em sua genética ser contra essas práticas, porém o marco da passagem da faixa presidencial, a busca pela redução da desigualdade com diversos programas sociais implantando no período, aliados a um momento de estabilidade econômica e política no mundo, foram essenciais para que as

marcas neoliberais também implantadas nos anos de governo do PT não criassem tantas mazelas como vistas anteriormente e posteriormente. Ademais, a onda de privatizações que marcam a ação neolilberal, ficaram restritas a concessão de algumas estradas e outras poucas empresas do setor hidrelétrico.

3.3A NOVA ONDA NEOLIBERAL ENTRE TEMER E BOLSONARO

Após a segunda eleição da presidente Dilma em 2014, que representava a quarta vitória do Partido dos Trabalhadores ao cargo máximo do executivo no Brasil e representaria 16 anos de uma mesma ideologia, o que além de ser algo que realmente desgasta, também não mais atendia os anseios da população mais carente.

Conforme Pochmann (2018) dentro desse panorama o adversário derrotado, Aécio Neves, com amplo apoio da Câmara Federal eleita e do próprio vice-presidente Michel Temer, que articulou para o impeachment de Dilma em 2016, com base em pedaladas fiscais e na realidade pautado em descontentamento geral e pressão do mercado por uma nova onda neoliberal.

Ao assumir a presidência Michel Temer logo tratou de novamente colocar em prática ações deliberadamente neoliberais com o intuito de flexibilizar e facilitar para o Mercado e diminuir os programas sociais existentes, tirando o Estado da linha de frente, como desejam todos os adeptos dessa ideologia. Temer promulgou assim a Reforma Trabalhista em 2017.

Conforme Cavallini (2019) houve a diminuição dos direitos trabalhistas, a criação das chamadas“vagas intermitentes”, que são os trabalhadores de prestação de serviços alternados, tirando toda a força de arrecadação dos sindicatos e bem como o seu poder de negociação frente aos interesses dos trabalhadores.

De acordo com o IBGE (2019), a última taxa de desemprego no Brasil foi de 11,8%, referente ao trimestre encerrado em setembro de 2019, somente 0,2 pontos percentual o que fora registrado no mesmo período trimestral em 2017,

onde foi o início da lei trabalhista. Sobre tal Cavallini (2019) reforça que com o número de desempregados nos dois períodos com pouca variação: 12,6 milhões em 2017 e 12,5 milhões em 2019 de pessoas procurando um emprego. Em suma, ainda que a reforma seja um tanto quando recente, os seus próprios formuladores, avaliam que os números estão abaixo da expectativa.

Nesta direção, Antunes e Alves (2004), acrescentem queas mudanças do capitalismo contemporâneo eliminaram a força humana trabalhadora, destruindo os direitos sociais e brutalizando contingentes dos seres que vivem do trabalho, tornando a sociedade do descartável, onde as expressões desregulamentar, flexibilizar e terceirizar criam uma lógica societária de capital com poder imenso e força humana de trabalho apenas para reprodução do próprio capital.

Ao aumentar o poder dos empregadores no que se refere às formas de contrato, jornadas de trabalho e política salarial pode-se observar como configuram os mais importantes retratos e aspectos do neoliberalismo para com a flexibilização de normas trabalhistas. A Reforma Trabalhista de 2017, um dos maiores expoentes da marca neoliberal no país, com a chancela, campanha e características do presidente Michel Temer, quebrou inúmeros e históricos paradigmas, retirando do Estado grande parte da regulamentação das relações de trabalho, “valorizando” a autonomia entre empregadores e empregados com o ajuste mais conveniente para “ambos”.Nesta nova plataforma de realidade, os Sindicatos e os profissionais da área jurídico trabalhista, departamentos de recurso humanos e empresas passaram a possuir habilidades de gerenciamento de conflitos oriundos de relações de trabalho e de contribuição de produtividade com a possibilidade de criação de novos postos de trabalho (CNC,2017).

Apesar da narrativa positiva, pesquisas mostram que além de não haver novos postos de trabalho as políticas neoliberais e as reformas advindas dela apenas pioraram a desigualdade social no país. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicou que somente dois por cento das famílias

acumulam mais de vinte por cento de toda renda dos anos de 2017 e 2018, denotando outro grave problema que é a concentração de renda no país.

Além disto, oBanco Itaú teve lucro recorde em 2018, 25 bilhões de reais, e anunciou recentemente outra fortuna em ganhos no primeiro semestre, 13 bilhões. Ao comentar o novo resultado, seu presidente, Cândido Bracher, disse nunca ter visto o Brasil em situação macroeconômica “tão boa”. Motivo: o desemprego está alto, daí que o País pode crescer sem que a inflação suba junto (BARROCAL,2019).

Ainda de acordo com Barrocal (2019) desde 2015, patrimônio financeiro dos milionários subiu 45%, o desemprego quase dobrou e salário real congelou, enquanto o Itaú bateu recorde atrás de recorde fechando o ano de 2018 com incríveis vinte e cinco bilhões de reais, sendo a perspectiva ainda maior para o ano de 2019, com uma boa margem de desemprego a situação macroeconômica para o Itaú é boa.

Dados apresentados por Fernando Nogueira da Costa (2019), da Unicamp atentam para o avanço ainda maior na concentração de renda do pós neoliberalismo, demonstrando que no ano de 2015 clientes de um serviço bancário oferecido apenas aos abastados possuíam , em média, o montante de 6,4 milhões de reais cada um, já em maio de 2019, apesar do clube ter aumentado de maneira tímida a renda deles foi bem acrescida, para em média 9,3 milhões de reais cada, ainda nos dados apresentados por Costa, ocorreu a diminuição da riqueza financeira da classe média baixa em quase 20%,grupo com muito mais pessoas que os ditos classe médica alta e que sofrem com o neoliberalismo.

Em dado recente disponível pelo IBGE, apresenta-se a uma grande estagnada na renda média dos trabalhadores,onde 93 milhões de trabalhadores do Brasil possuem renda de 2.290,00 em sua média, observando anos anteriores ao ministro Paulo Guedes e os comparando aos ministros Levy e Meirelles, antecessores do mesmo, não há demonstração do salário sair do lugar. Já o desemprego que atingia 6,5% por cento da população brasileira

hoje já atinge doze milhões de pessoas e hediondos 11,6% por cento da população, com cinco milhões de pessoas em situação de desalento, não conseguindo ter mais vontade de procurar emprego por sua total falta de oferta.

Nos dias atuais, a ideologia neoliberal prega um liberalismo econômico de exaltação do mercado, concorrência e liberdade de iniciativa privada, sendo taxativamente contra a intervenção do estado na economia, se expressando através de um forte discurso, em que ela assume, na maioria das vezes, uma agressiva crítica da intervenção estatal na economia. Como no artigo publicado após as eleições redigido pela pessoa de Cristopher Lingle, alegando que um dos passos para o desenvolvimento seria que o estado se intrometesse menos nas atividades humanas dos cidadãos, onde "*players*" privados possam ser impulsionados por concorrência e por lucros para atender interesses e necessidades dos cidadãos (CORREIO DO ESTADO, 2018).

O que Lingle não se atenta que nem todos os cidadãos podem ser "players", tendo em vista que a grande maioria das pessoas são consumidores em potencial que precisam de um impulso, de uma realocação de suas dívidas ou diminuição das diferenças socioeconômicas para poder consumir. Fazer uma sociedade de "players" que coloquem seu produto no mercado para ninguém consumir, ou contratar mão de obra abaixo do mercado, sendo que a mesma necessita de infraestrutura para ir ao local de trabalho, saúde, educação básica, saneamento, tudo isso onde o estado se não atuar não sobrará jogadores muito menos uma sociedade civilizada.

Nesta direção, as políticas econômicas de Paulo Guedes, que também fez parte da equipe econômica no Chile de Pinochet e hoje é o ministro da economia do presidente Jair Bolsonaro no Brasil, aprofundaram as políticas neoliberais com um profundo olhar para o fim dos anos70, época de Thatcher, Reagan e o ditador chileno, sem atentar que a conjuntura economia atual é outra.

Para se ter uma ideia, atualmente existe um movimento global de reestatização de muitos serviços nos países desenvolvidos, além disto na ânsia

de privatizar a qualquer custo, não percebem, quesão estatais estrangeiras que acabam arrematando boa partedas estatais nacionais, colocando em risco questões estratégicas de soberania do país.

> A reforma da previdência aprovada em 2019, a privatização das distribuidoras Amazonas Energia e Ceal, a proposta de privatização da Eletrobrás, da Uirapuru Transmissor, o frustrado leilão do pré-sal, a taxação do seguro desemprego , os congelamentos de verbas e cortes na educação, o fim do DPVAT isentando o governo nos acidentes com feridos e possivelmente diminuindo o dinheiro do SUS e enriquecendo a saúde privada e seguradoras multinacionais, mostram a cara do neoliberalismo voltado para a especulação financeira e aporte de capital estrangeiro diminuindo o Estado não só na parte econômica como em questões básicas do povo brasileiro (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019).

Diante de tantas reflexões acerca das ações neoliberais de um modo geral, seria possível, apontar algum desses reflexos numa situação local? Ou seria, tais reflexos seriam exclusividade dos grandes centros do país? Na busca de argumentação sobre os reflexos neoliberais num âmbito local será analisado o caso específico da extinta Estação Ferroviária Noroeste em Ponta Porã, que foi privatizada, subutilizada e abandonada, e atualmente abriga uma ocupação, que se convencionou a chamar “Favelinha dos Trilhos”.

4. REFLEXOS NEOLIBERAIS NA FRONTEIRA: O CASO DA PRIVATIZAÇÃO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA NOB EM PONTA PORÃ – MS

Ponta Porã é um município brasileiro do estado do Mato Grosso do Sul. Está localizado na Mesorregião do Sudoeste de Mato Grosso do Sul e Microrregião de Dourados. Fazendo fronteira com a cidade Pedro Juan Caballero, capital do departamento de Amambay, no Paraguai, forma uma fronteira invisível, que possui características muito peculiares. As cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, situam-se em área de fronteira seca e são conurbadas, por isso os moradores de ambos os países circulam com total liberdade, criando uma interação transnacional.

De acordo com Raffestin (2005, p. 10), “fronteira é um fato social de uma riqueza considerável, que compreende aspectos físicos, morais, políticos, religiosos e culturais de diversas ordens”. E Ponta Porã, no Brasil e Pedro Juan Caballero, no Paraguai se enquadram neste contexto, uma vez que os países são divididos por uma linha imaginária que percorre toda a faixa de fronteira, correspondendo a pouco mais de sete quilômetros a faixa situada na área urbana, tornando um ambiente único e peculiar, onde a troca sóciocultural ocorre de maneira natural.

> Pedro Juan Caballero e Ponta Porã formam uma conurbação vibrante, recheada de ações formais e complementaridades funcionais plurais. Local onde habitam 120 mil pessoas na região urbana e, mais de 150 mil, se contado o setor rural; estabelecem um nível de convivência com intensa complementariedade (OLIVEIRA, 2005, p.404).

Atualmente nesta região de fronteira, além dos brasileiros e paraguaios, residem também uma série de imigrantes estrangeiros como coreanos, chineses, libaneses, sírios, palestinos, entre outros (...) que se tornam proprietários de lojas e importadoras, sendo protagonistas de relações comerciais e de intercâmbios culturais com os paraguaios e turistas (BANDUCCI, 2010).

Conhecida por ser uma região de intensa miscigenação cultural e denotar hábitos muito peculiares, esta região têm entre outras o comércio (Turismo de Compras) de produtos importadoscomo base econômica. Também é historicamente uma região muito importante, pois foi palco principal da Guerra do Paraguai.

De acordo com Lemos (1988) pode-se definir uma região como um conjunto de centros urbanos dotados de um determinado grau de integração em oposição ao resto do mundo, composto por centros urbanos com grau de menor de integração com os primeiros.

A necessidade da linha férrea na região surgiu, após o período conturbado de fragilidadediplomática, que culminou no rompimentode acordos entre Brasil - Paraguai e como resultadode políticas expansionistas sedeu a guerra do Paraguai (1864-1870) (AZEVEDO, 1950, p.195) que evidenciou afragilidade da ligação entre os estados SP e MT.

Apesar disto, somente na década de 1950 que foi construído o Ramal de Ponta Porã, bifurcando-se da linha-tronco na estação de Indubrasil, no município de Campo Grande. A inauguraçãose deu em três etapas: primeiramente até Maracaju (1944), depois até Itaum no município de Dourados (1949), e finalmente até Ponta Porã (1953), divisa com oParaguai.

A Estação Ferroviária de Ponta Porã foi uma construção destinada a embarque oudesembarque de passageiros de trem e, secundariamente, ao carregamento edescarregamento de carga transportada. Usualmente consistia em um edifício parapassageiros (e possivelmente para cargas também), além de outras instalaçõesassociadas ao funcionamento da ferrovia.

A partir da década de 1960 o investimento na indústria automobilística e a criaçãode estradas pelo território brasileiro no governo de Juscelino Kubitchek levou a priorizaro transporte rodoviário promovendo a decadência do transporte ferroviário. Cabe ressaltar, que a chegada da estrada ferroviária em Ponta Porã, praticamente surge com a mudança da matriz de transporte no

Brasil, com Kubitcheck. Ou seja, a ferrovia nesta fronteira nasceu num momento em que as ferrovias de um modo geral estavam sendo substituídas pelo transporte rodoviário, de modo, que a vinda dos trilhos teve muito mais um aspecto político do que econômico propriamente dito (ANUNCIAÇÃO &CAETANO, 2015).

Cabe ressaltar, que o enfoque neste caso, não é a importância econômica que a ferrovia trouxe para a região, nem tão pouco a sua contribuição para o desenvolvimento local. A centralidade desta análise está nos problemas sociais gerados a partir da transferência deste espaço ora público, para a iniciativa privada, através do processo de privatização.

Após décadas de operação, seja para o escoamento da produção, ou de passageiros, o trem partiu pela última vez de Ponta Porã em 01 de junho de 1996, encerrando suas atividades na região, uma vez que a Rede Ferroviária Federal S. A. foi privatizada, no governo deFernando Henrique Cardoso. A partir de então se denominou Novoeste do Brasil,contudo no ano de 2006 a Novoeste do Brasil se tornou parte integrante da ALL(América Latina Logística) atual empresa concessionária da linha, que concentrou suas atividades na região Sudeste, abandonando toda a estrutura física (prédios, linhas férreas, etc) nesta região.

De acordo com Costa e Silva (2005, p. 53-54),

> Os novos concessionários privados (do setor ferroviário) conseguiram apresentar ligeiros níveis de elevação nos níveis de produção de transportes, mas, mesmo assim, não conseguiram atingir as metas estabelecidas nos contratos de privatização. Da mesma forma, não foi atingida a meta de aumento dos índices de segurança. Além disso, receitas operacionais não apresentaram alterações significativas e não ocorreram modificações significantes no escopo de produtos transportados, ou seja, a matriz de mercado das concessionárias privadas permanece a mesma da operadora estatal.

Após quase uma década de abandono, em 2007, o prédio da Estação Ferroviária, que possui importante valor simbólico e cultural, veio a serrestaurado e abrigando a Fundação de Cultura e Esporte de Ponta Porã, porém seuterreno que possui aproximadamente 7 (sete) hectares, localizado

na região norte dacidade, permaneceu ocioso, vindo a ser fruto de uma ocupação no início do ano de2012.

Figura 1 - Área Ocupada em vermelho. Fonte: Google Maps - Grifo (Anuciação e Caetano, 2015)

Conforme estudo realizado por Anunciação e Caetano (2015) em meados de 2012, famílias se intitulando pertencentes a movimentos popularesesem-teto se estabeleceram no pátio operacional da extinta Noroeste do Brasil em PontaPorã, atualmente em concessão da América Latina Logística (ALL). Numaprimeira inspeção realizada pelo Ministério Público Federal, foi constatado um númeroaproximado de 400 famílias no local.

Mesmo sobre tutela do MPF, a situação da ocupação ainda se encontraindefinida, e em um crescimento vertiginoso. A Prefeitura Municipal, que ficou apósdeterminação do MPF, como responsável pelo levantamento exato de quantas famíliasresidem na ocupação, apontou nas entrevistas realizadas pelo Centro Regional deAssistência Social Coophafronteira, órgão

municipal responsável em atender aocupação, que atualmente o local possui mais de 2 mil famílias instaladas, mas ressalta que este número cresce a cada dia, e que uma exatidão nestes números é praticamente impossível. Ademais, as condições que os ocupantes da área vivem é de extrema pobreza, sem saneamento básico, coleta de lixo, e com ligações clandestinas de água e luz.

Figura 2- Casas na região ocupada. Fotos: Anunciação e Caetano, 2015.

Conforme entrevista realizada com a assistente social KellyDiones, que atende as famílias daocupação. Além das famílias brasileiras é grande o número de famílias paraguaias naárea, muitos não possuem permissão para estar no Brasil,tampouco documentos brasileiros os quais ajudariam estes a terem acesso a benefíciossociais (ANUNCIAÇÃO & CAETANO, 2015).

Ainda conforme as informações colhidas, por Anunciação e Caetano (2015) junto ao funcionário municipal Pedro Alberto, doDepartamento de Habitação, em 25 de junho de 2015, o número de cadastros junto aodepartamento é de 3.724, sendo um total de pessoas de 9.728. Este cadastro teve início em 14 de fevereiro de 2014, e um percentual significativo, 25% seria para atender as pessoas da ocupação, mas reforça que a grande

maioria, em torno de 70% não está apta para realizar o cadastro por não possuir documentação brasileira.

Figura 3 - Não existe numeração nas casas, nem nomes nas ruas. Foto: Anunciação e Caetano, 2015.

O abandono, durante mais de uma década da região, trouxe inúmeras questões que ainda estão pendentes. O descaso da empresa que adquiriu a Estação Ferroviária e privatizou inúmeras linhas no estado e no país é um alerta para o que pode ocorrer em novas privatizações, algumas estratégicas como os Correios, que cumprem uma função social, que se privatizadas, podem gerar centenas de espaços vazios pelo país a fora, ampliando significativamente ocupações como esta, contribuindo ainda mais para a desigualdade social e o crescimento urbano desordenado.

Atrelado a isto, também é possível perceber outros reflexos negativos para a região ocupada. Já é evidente o aumento da criminalidade em torno da região, que em breve será apresentado em outros trabalhos. Ademais, cabe reforçar que os “privatistas” se atentem mais aos aspectos sociais e não somente as lucratividades.

5. CONCLUSÃO

A sociedade,se transforma ou se adequa diante de cada obstáculo que surge, cada novo desafio é um momento de criar e estabelecer novos conceitos. Nos tempos civilizatórios isso se dá através de novas ideologias, plataformas políticas e formas de organizar a comunidade que vive em seu entorno.

As ideologias abrangem um conjunto de ideias que legitimam um poder econômico de acordo com as percepções sensoriais do mundo externo. E neste sentido o liberalismo representou uma ideologia de liberdade perante as monarquias absolutistas que serviu positivamente para dar poder de negociar para os indivíduos na busca de uma sociedade justa e igual para todos, para isso a necessidade do Estado para evitar que “o homem seja o lobo do próprio homem” é indispensável na regulamentação dos negócios e principalmente na busca de dirimir as injustiças sociais, mesmo sendo um governo liberal que na sua concepção teórica, um governo que mesmo baseado no individualismo, busca a proteção e garantia das leis.

Após a queda da Bolsa de Nova York e posteriormente a Segunda Guerra, a adoção do *Walfare State* (Estado de Bem-Estar Social) foi fundamental para reverter o processo de imposição das forças imperialistas vencedoras da guerra (Estados Unidos e União Soviética) visando garantir a cidadania das pessoas, diminuindo os excessos das empresas, buscando substituir as regras estabelecidas do mercado, fortalecendo movimentos de trabalhadores e estendendo os benefícios sociais com melhor distribuição.

Com o Estado de Bem-estar social garantido, as empresas passaram a ter sua lucratividade reduzida, e por sua vez houve um aumento no poder dos sindicatos e movimentos dos trabalhadores. Visando retirar este poder, e mais do que isto dirimir a intervenção econômica e de gastos com questões sociais de quem trabalha, surgiram para os neoliberais fazerem um chamado para crise, que encontraram seu caminho nos escritos de Friedman e suas complexas equações econométricas, fortalecia a ideia de que a panaceia para

a economia global seria mercado livre e eficiente, estabilidade monetária e política monetária como instrumento da política econômica.

Nesse viés surgiu o Neoliberalismo, primeiramente com seu laboratório no Chile ditatorial, onde não existia um partido que contestasse e pessoas que assim o fizeram acabaram por desaparecer ou sendo presas, para depois surgir no Reino Unido e nos Estados Unidos, nas figuras de Margareth Thatcher e Ronald Reagan, o neoliberalismo em países de primeiro mundo, com bastante campanha midiática (algo que se repetiu no Brasil) mas que , principalmente no Reino Unido, não obteve um grande êxito econômico.

No Brasil, o Neoliberalismo surgiu em conjunto com a reabertura democrática do país e sua Constituição Federal, que hoje, apresenta-se como uma grande defesa dos direitos que poderiam já ter sido retirados se não houvessem cláusulas pétreas. José Sarney já acenava para as políticas neoliberais, mas enfrentava uma grande crise de moeda, quando Fernando Collor de Mello, eleito democraticamente em 1989, assumiu o país e escancarou as portas para o capital estrangeiro até mesmo menosprezando a indústria nacional.

Após o seu Impeachment em 1992 e o período de incubação do Plano Real , produzido por Itamar Franco em conjunto com Fernando Henrique Cardoso, eleito em 1994 presidente do Brasil, a economia nacional passou por uma estabilidade da moeda onde foram realizadas grandes privatizações como das telefonias e da Vale do Rio Doce, reformas administrativas e abertura para a globalização, ao menos aquela que interessa ao mercado, demonstrando todo viés neoliberal daquela administração que perdurou por 8 anos com essa ideologia, aprofundando grandes dívidas e acordos com o FMI.

Após os anos de FHC, a vitória do Partido dos Trabalhadores que perdurou 14 anos no poder, antes de mais um processo de impeachment no país. Apesar de manter partedas práticas neoliberais, o viés social dos governos Lula e Dilma, apontou mais para políticas sociais e de estimulo ao consumo para a população, como uma espécie de Walfare State brasileiro.

Foi após a saída da presidente Dilma e a entrada de Michel Temer que a agenda neoliberal mais dura foi aplicada e essa agenda que perdura no Brasil até o momento com uma série de ações de Paulo Guedes, Ministro da Economia. A Reforma Trabalhista e as práticas econômicas visando a menor participação possível do Estado nas questões comerciais, abre novamente a economia nacional de forma abrupta para o Capital estrangeiro ser o orientador e formulador das açõesde políticas econômicas no país.

Com o governo de Jair Bolsonaro e seu ministro formado na escola neoliberal de Chicago e que participou do laboratório chileno, as privatizações em massa voltaram, sendo que a Reforma da Previdência foi aprovada e o congelamento dos repasses para a educação buscam a austeridade econômica para a volta das aplicações e especulações financeiras do capital estrangeiro mas desnudam a população, principalmente a mais carente, de programas sociais e de inclusão.

Em síntese, não seria equivoco dizer que o Neoliberalismo prega a extinção do estado, mas sim o estado trabalhando em prol do Capital, sobretudo do Capital Internacional. Um ponto que fortalece a implementação destas ideias no cenário latino-americano é a fragilidade de suas democracias, e é pertinente ressaltar a situação de caos político e econômico na Venezuela, Chile e mais recentemente Bolívia. Estas instabilidades política e econômica presentes nestes países são fundamentais para a implementação do Neoliberalismo avassalador.

Ao analisar o reflexo do Neoliberalismo para um caso local específico, o da Estação Ferroviária de Ponta Porã, privatizada em 1996 e logo abandonada criando uma região de alta vulnerabilidade social, pode-se afirmar que a exploração dessas empresas privatizadas, não possui nenhum aspecto de cunho social, de modo que só existe exploração, onde há concentração de renda, ou seja, nos grandes centros comerciais do país. Ademais, o fato da área estar sobre a tutela de uma empresa privada, impede legalmente que o Estado cumpra seu papel social, buscando uma solução para o problema. Ressalta-se que a ocupação da sede física da Estação Ferroviária, pela

Fundação de Esporte e Cultura de Ponta Porã só foi possível em razão do tombamento do prédio como Patrimônio Cultural da cidade, antes de ser privatizado, dando amparo legal para a retomada do prédio dada sua importância histórica e cultural. No caso da área da ocupação urbana, o entorno, isto não foi possível realizar, criando a primeira favela da região, e estando longe de ter uma solução para a questão.

Neste paralelo crítico ao Neoliberalismo que fora traçado no trabalho observar-se que o Estado ainda é parte indispensável para as regulações econômicas e para dirimir os problemas de desigualdade existentes, pode-se reduzir partes do Estado e negociar com mais liberdade, porém nunca priorizando os lucros em detrimentos da sociedade, mas como mudar isto? Se esta é a lógica do neoliberalismo. Talvez, compreendendo melhor tais ações, e por isso a realização deste trabalho.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIKO, A.K. & COELHO, L.O. **Urbanização de favelas: procedimentos de gestão**.Série Recomendações Técnicas Habitare – v. 4. Porto Alegre: ANTAC. 88 p. 2009.

ALMEIDA, L.de.**Margaret Thatcher, a mãe do neoliberalismo.** Carta Capital, 12 de junho de 2013. Disponível em : <https://www.cartacapital.com.br/educacao/aulas/disciplinas/historia/margaret-thatcher-a-mae-do-neoliberalismo> Acesso em : 08.set.2019.

AMARILHA, C. M. M. **O Território Federal de Ponta Porã: aconquista do Brasil na fronteira Guarani**. Dissertação (Mestrado) Dourados: UFGD,2006.

ANDERSON, P. **Balanço do neoliberalismo**. In: GENTILI, P.; SADER, E. (Org) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ANUNCIAÇÃO, A. CAETANO, J. **De sinônimo de desenvolvimento a projeto de favela:** a situação do espaço da Estação Noroeste do Brasil em Ponta Porã. Ponta Porã: PPGDRS/UEMS, 2015.

ANTUNES, R. e ALVES, G. (2004). **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. Educação Sociológica**. Recuperadode https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/0184.pdf. DOI : 10.1590/S0101-73302004000200003 Acesso em : 16.set.2019.

AZEVEDO, F. de**. Um trem que corre para Oeste**. São Paulo: Martins Editora, 1950.

BANDEIRA, L.**As políticas neoliberais e a crise na América do Sul.**Rev. bras. polít. int. vol.45 no.2 Brasília July/Dec. 2002. Disponível em :<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473292002000200007> Acesso em : 08.out .2019.

BANDUCCI JR, A. **Relações culturais e identidade na fronteira Brasil-Paraguai**.Campinas: Unicamp. (Projeto de Estágio de Pós-Doutorado em Antropologia Social),2010.

BARROCAL, A. **Brasil neoliberal vê fortuna de ricos crescer e salário de pobres estagnar.** Carta Capital, 2019. Disponível em : <https://www.cartacapital.com.br/economia/brasil-neoliberal-ve-fortuna-de-ricos-crescer-e-salario-de-pobres-estagnar/> Acesso em 10.set.2019

BASTIAT, F. **A lei**, série "Pensamento Liberal" n. 5, Rio de Janeiro, José Olympio Editora/Instituto Liberal, 1987.

BOITO JR, A. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. Ed. Xamã, São Paulo, 1999.

_____.**A hegemonia neoliberal no governo Lula.**Crítica Marxista, n.17, Rio de Janeiro, Editora Revan, 2003.

CASTEL, R. **As transformações da questão social**. In: Castel, R, Wanderley, L. y Belfiore M. (orgs.) *Desigualdade e questão social* (pp. 21-54). São Paulo, Brasil: Educa.

CAVALLINI, M.**Reforma trabalhista completa 2 anos; veja os principais efeitos.** G1 , Seção Economia, publicado em 11.nov. 2019. Acesso em 12.nov.2019. Disponível em :<https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2019/11/11/reforma-trabalhista-completa-2-anos-veja-os-principais-efeitos.ghtml>.

CONSELHO NACIONAL DE COMÉRCIO DE BENS,SERVIÇO E TURISMO**.A reforma trabalhista – A nova Consolidação das Leis do Trabalho.**Divisão Sindical ,Cartilha A Reforma Trabalhista .Setembro:2017

CORREIO DO ESTADO.“**O Brasil nos trilhos do liberalismo econômico".** CristopherLingle, Campo Grande, 10 de novembro de 2018.

COSTA, V.G. & NASCIMENTO, J.A.S. **O Conceito de Favelas e assemelhados sobolhar do IBGE, das Prefeituras do Brasil e da ONU**. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 10, 20 a 26 de março de 2005, São Paulo: Universidade de SãoPaulo,2005.

COSTA E SILVA, J.G. **O Modelo de privatização do governo Fernando Henrique Cardoso.** Rio de Janeiro: PUC, 2015. (Trabalho de Conclusão de Curso).

DA ROSA, P. A**. Resenha Histórica de Mato Gro**sso. Fronteira com Paraguai. CampoGrande: Livraria Ruy Barbosa, 1962.

EBNER, Í. A. R**. A cidade e seus vazios: investigação e proposta para os vazios emCampo Grande.** Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 1999.

FERNANDES, E. **Desenvolvimento sustentável e política ambiental no Brasil:confronto à questão urbana**. In: LIMA, André. O direito para o Brasil sócio ambiental.Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1998.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Liberalismo e repressão.**Laura Carvalho, quinta feira, 09 de novembro de 2017.

_____.**Governo levanta R$ 78,6 bilhões com privatizações no ano, diz ministério.** Danielle Brandt, 03 de outubro de 2019.

FRÓES, M. B. **Aral Moreira e Juvenal Fróes – Os caminhos da erva mate nafronteira sul-mato-grossense**. Ponta Porã: Editora Massoni, 2007.

GARDIN, C. **Campo Grande entre o sagrado e o profano**. Campo Grande, MS:Editora UFMS, 1999.

GODOY, W. **Liberalismo: principais ideias e tipo**. Filosofia na escola. Disponível em: <https://filosofianaescola.com/politica/liberalismo/?fbclid=IwAR0yMKWrCKIo97ph3a4tD6eSmIiWXepmkJilXlTmq1gBILFZygowD8Aev-k> Acesso em: 15.ago.2019.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo, Brasil: Loyola.1992.

_____ **Neoliberalismo. História e Implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HEGEL, Georg W. F. In: **Os Pensadores**, v. 43. São Paulo: Abril, 1974.

ILHÉU, T.**Resumo: quem foi Augusto Pinochet, ditador do Chile.** Guia do estudante Abril. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/resumo-quem-foi-augusto-pinochet-ditador-do-chile/> Acesso em: 07.out. 2019.

INZUNZA H., J. L**.O Neoliberalismo nas Políticas Educativas no Chile:da Imposição ao Consenso.**FOCO - Ano 4 - Nº 5 - Julho/Dezembro 2013. Disponível em :<http://revistafoco.inf.br/index.php/FocoFimi/article/viewFile/35/36> Acesso em : 08.out.2019.

KANT, I. **Fundamentação da metafísica dos costumes**, In: Os Pensadores, v. 25. Abril Cultural, 1974.

LAFER, C. **JK e o programa de metas: processo de planejamento e o sistemapolítico do Brasil.** Rio de Janeiro: FGV, 2002.

LAFER, C. **O planejamento do Brasil: Observação sobre o Plano de Metas(1956-1961)**. In: MINDLIN, Betty. Planejamento no Brasil. São Paulo: Perspectiva,2001, p. 29-50.

LAFON, E. **Relatório da companhia estrada de ferro Noroeste do Brasil do ano de1906** – Tipografia Siqueira. São Paulo, 1907.

LOURENÇO, T. C. B. **Cidade Ocupada: a ocupação Dandara e suas práticasculturais**. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2009.

MACIEL, D. **A argamassa da ordem: da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985)**. São Paulo: Xamã, 2004

MARTINS, J. R. V. **Chile.**São Paulo: Editora Fundação Perseu

MATOS, O. N. de. **Café e ferrovia: a evolução ferroviária de São Paulo e odesenvolvimento da cultura cafeeira**. 2. Ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.

MATOS, S., **Conceitos primeiros de neoliberalismo** v. 13, n.1-2, p. 192-213, Jan/Jun e Jul/Dez. 2008.

MERQUIOR, J. **O liberalismo- antigo e moderno**. É realizações, São Paulo : 2016.

MESQUIDA, P**. Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil**. São Paulo: Editora, 1994.

METCALF, S.**Neoliberalismo: A "grande ideia" que engoliu o mundo.**Artigo publicado originalmente no The Guardian e traduzido e reproduzido pelo sítio Voyager, 23-08-2017. Disponível em :<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/570979-neoliberalismo-a-grande-ideia-que-engoliu-o-mundo> Acesso em: 04.out.2019.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social**. Brasília: 2018.

MORAES, A. C. de**. O projeto neoliberal O projeto neoliberal e o mito do Estado Mínimo.** PUC- Pontifícia Universidade Católica; São Paulo, 2019. Disponível em : <http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v1_artigo_moraes.pdf> Acesso em : 26.set.2019.

MORALES, P. R. D. **Documento setorial: ferrovias**. Rio de Janeiro: UFR, 2008.(Perspectivas do Investimento em Transportes, Sistema Produtivo, 02) Disponivel em<http:www.projetopid.org=documentos> Acesso em: 28 de junho 2019.

NEGRÃO, J.**O governo FHC e o neoliberalismo**. Lutas sociais. São Paulo: volume 1, 1996.

NETTO, J. P. **FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras**. In:LESBAUPIN, Ivo (Org.) O desmonte da nação: balanço do governo FHC. 3ª ed. Petrópolis;Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

NEVES, C. **História da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil**. Tipografias e livrariasBrasil S/A, Bauru, 1958.

NOVAES, A. (organizador.) **O avesso da liberdade.** São Paulo: Companhia das letras, 2002.

NOVELO, U. F**. Estado keynesiano e estado neoliberal**. In: LAURELL, A. C. (Org.). Estado e políticas sociais no neoliberalismo. São Paulo: Cortez, 1995.

OLIVEIRA, R.C. de & BAINES, S. G. (orgs.). **Nacionalidade e etnicidade emfronteiras.** Brasília: Universidade de Brasília, 2005.

OLIVEIRA, T. C. M. **Tipologia das relações fronteiriças: elementos para o debateteórico-práticos**. In.: OLIVEIRA, T. C. M. (org.). Territórios sem limites: estudossobre fronteiras. Campo Grande: UFMS, 2005.

POCHMANN, M. **Neoliberalismo do governo Temer trouxe a nova segregação social.** Rede Brasil Atual. Publicado em 07.mai.2018. Disponível em :<https://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/2018/05/neoliberalismo-e-a-nova-segregacao-social/> Acesso : 13.out.2019.

PORTO, M.**Estado e neoliberalismo no Brasil contemporâneo: implicações para as políticas sociais.** IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão,2009.

RAFFESTIN, C. **A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. In: Machadode Oliveira, Tito Carlos. (Org.) Território sem limites: estudos sobre fronteiras**. CampoGrande: UFMS, 2005.

RICARDO, D.**Princípios de Economia Política e Tributação.** eBook Kindle, 2019.

ROSANVALLON, P. **A crise do estado-providência**. Brasília: UnB,1997.

SELLA, M. A. **Fronteira sem limite! Um olhar de gratidão.** Ponta Porã: EditoraBorba, 2006.

SILVEIRA, M. C. da.**O neoliberalismo e a educação no Brasil de FHC.**Revista Senso Comum, nº 1, 2009, p. 50-66.

SMITH, A. **A riqueza das nações.** Volume I, Nova Cultural, 1988,coleção "Os Economistas".

STEWART Jr., D. **O que é o liberalismo?** - 5. ed. rev. aum.- Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995.

STRAUSS, Leo. **A Filosofia Política de Hobbes. Suas Bases e Sua Gênese.** É Editora, São Paulo: 2019.

VENCOVSKY, Vitor Pires. **Sistema Ferroviário e o Uso do Território Brasileiro.Uma Análise do Movimento de Produtos Agrícolas**. UNICAMP, Campinas, 2005.